

Perfil das Mulheres Pesquisadoras do PPGCom-UFMS: Parte 1¹

Katarini Giroldo Miguel²

Maria Luiza Massulo Elias³

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, MS

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre a trajetória acadêmica das mulheres na área da Comunicação no PPG da UFMS, apoiando-se nos conceitos de alteridade, decolonialidade e interseccionalidade. Um questionário foi aplicado em discentes para entender como opressões de raça e gênero afetam a presença de minorias nos espaços acadêmicos, mapeando suas pesquisas e identificando desafios enfrentados, como idade, raça e maternidade. Os resultados preliminares mostram que, apesar da maioria feminina nas universidades brasileiras, as mulheres enfrentam obstáculos em suas carreiras acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Programa de Pós-Graduação em Comunicação; UFMS; Alteridade

APRESENTAÇÃO: uma pesquisa sobre alteridade nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Esta investigação faz parte de um Plano de Iniciação Científica que procura compreender a trajetória acadêmica das mulheres que pesquisam a partir de uma perspectiva de gênero⁴ na área da Comunicação, tendo como sujeitas as pesquisadoras - acadêmicas e egressas - do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Nosso recorte faz parte de um amplo projeto interinstitucional “Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos “Brasis” preteridos - Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (Edital Capes 37/2022), que envolve os Programas de Pós-Graduação em Comunicação das Universidades Federais de Mato Grosso do Sul (UFMS), de Roraima (UFRR), do Pará (UFPA), além de Sergipe (UFS), na tentativa de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (Identidades de gênero, sexualidades e raças) evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 5 a 7 de junho de 2024.

² Docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS., email: katarini.miguel@ufms.br

³ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo, bolsista de Iniciação Científica/UFMS. email: luiza.massulo@ufms.br

⁴ Aqui entendendo gênero como uma construção social de identidade que conforma comportamentos e papéis prescritos pelo sexo biológico (Jesus, 2012).

entender o cenário dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação em estados vistos como periféricos, longe das atenções acadêmicas hegemônicas.

No presente resumo, apresentamos e debatemos os resultados conseguidos por meio de uma metodologia de abordagem quantitativa, com instrumento dos questionários (surveys) aplicados em estudantes e egressos/as dos PPGs das universidades envolvidas, que tinham como objetivo identificar quem são as pessoas que fizeram ou fazem parte do programa e entender suas realidades objetivamente. O questionário foi composto por 57 perguntas, que versavam sobre questões pessoais como idade, raça, relação com a maternidade e discriminação; e trajetória acadêmica, com questões sobre a ocupação, ganho, continuidade dos estudos e recebimento de auxílio acadêmico. Ao todo, foram obtidas 340 respostas, entre os dias nove de fevereiro e 17 de abril, que correspondem a um pouco mais de 59% do universo potencial (572).

Especialmente na UFMS, a adesão dos/as pesquisadores/as correspondeu a 64,5% dos 132, com um total de 89 respondentes. Tratando-se especificamente da participação feminina no no PPGCom da UFMS, nosso foco de estudo, 49 mulheres responderam ao questionário, ante 40 homens, sendo que 44 delas conseguiram concluir o programa, enquanto quatro homens não concluíram. Ainda que desde a década de 2000, as mulheres sejam a maioria dentro das universidades brasileiras (Leta, 2003), durante séculos elas foram afastadas da produção científica e impedidas de colaborar para a construção do conhecimento (Matos, 2016). Com as divisões sociais resultantes das relações de poder muito mais visíveis durante o ensino superior, o ambiente universitário torna-se assim mais um espaço de reprodução das mais diversas formas de opressão e discriminação, entre elas a de gênero (Collins e Bilge, 2020).

No que diz respeito à comunicação, de acordo com Almeida (2018), desde o início das pesquisas acadêmicas na área, as mulheres tiveram participação numérica significativa, principalmente nos estudos desenvolvidos sobre gênero. Contudo, embora as pesquisadoras tenham conquistado espaço no meio científico, ainda possuem dificuldade para avançar em suas carreiras e continuam sendo minoria no topo da hierarquia dentro desses ambientes (Almeida, 2018).

A interpretação dos nossos resultados está diretamente relacionada ao entendimento dos conceitos de alteridade, interseccionalidade e decolonialidade. A

noção de alteridade é apresentada por Levinas (1980) como "uma relação com uma alteridade total, irreduzível à interioridade e que, no entanto, não violenta a interioridade; uma receptividade sem passividade, uma relação entre libertos". Desta forma, segundo o autor, o outro é completamente diferente e exterior a nós, não podendo ser reduzido à nossa própria interioridade ou compreendido totalmente pela nossa perspectiva. Além disso, a interioridade do outro não pode ser violada por meio da imposição das nossas vontades ou da nossa visão, propondo então uma interação entre indivíduos que reconhecem e respeitam a liberdade e a dignidade um do outro, sem tentar exercer o controle ou a dominação. Entender o outro/a outra é uma ação de desprendimento e necessária cientificamente.

Partindo da concepção de colonialidade, de acordo com Quijano (2000), como a persistência das relações de poder e das hierarquias sociais que foram estabelecidas mesmo após a independência das colônias, é preciso compreender como a situação colonial é a responsável por fazer com que o colonizado sintam-se constantemente desumanizados e tenham a alteridade negligenciada (Fanon, 2008). De acordo com Fanon (2008), aquele que subverte a universalidade imposta pelo colonizador, branco, europeu, é categorizado como o outro e perde sua individualidade, reduzido a um adjetivo, criando assim um indivíduo que enfrenta na sociedade a negação da sua identidade, enquanto rejeita o conhecimento do seu povo.

A partir disso, o estudo a respeito da colonialidade por grupos subalternos e que se encontram marginalizados na produção do conhecimento por meio da geolocalização, alia-se ao conceito de alteridade como uma maneira de entender como ele se estabelece nas relações entre colonizados e colonizadores (Sousa, 2021). Segundo, Dussel (1993), o sistema colonial foi caracterizado por diferentes formas de opressão e violência, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, sociais e econômicos. Essa estrutura consolidou a concepção de alteridade, na qual aqueles considerados "outros" foram subjugados pelos colonizadores.

A ideia desse outro, como afirma Grada Kilomba (2019), permite que o colonizador transforme povos racializados em antagonistas do "eu" e projete sobre eles estereótipos violentos e que reforçam suas posições sociais. Assim, povos negros, por exemplo, estabelecem suas identidades e se relacionam consigo mesmo a partir de olhares exteriores, carregados de preconceito e investidos da necessidade de perpetuar a

dominação exercida sob os colonizados, e dificilmente se reconhecem através das próprias lentes (Kilomba, 2019).

Quijano (2007), defende que a colonialidade também exerce influência permanente na produção do conhecimento, centralizando a sua produção. Desta forma, Kilomba (2019), compreende que a percepção de conhecimento, erudição e ciência estão intimamente ligados ao poder e a autoridade racial, contestando a crença de que o centro acadêmico é um espaço neutro. Ao se colocarem como universais, o colonizador monopoliza a construção do saber, confinando o "outro" a sua marginalidade e transformando-o em um objeto de estudo, incapaz de entender a realidade social em que foi posto e assimilar a si mesmo sobre sua própria perspectiva (Kilomba, 2019). E as opressões se dão neste contexto das mais diferentes formas que podem ser explicadas pelas lentes da interseccionalidade.

Conceito proposto por Kimberlé Crenshaw (1989), a interseccionalidade, como a compreensão da convergência entre diferentes sistemas de opressão, começa a ganhar forma ao longo do século XX, com a ascensão do feminismo negro norte americano (Biroli e Miguel 2015). Mulheres negras, que não tinham suas reivindicações contempladas pelos movimentos sociais, utilizaram a interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins e Bilge 2020), em resposta ao apagamento de mulheres racializadas, principalmente, no que diz respeito à identificação e ao enfrentamento das discriminações precedentes do encontro entre raça e gênero (Crenshaw, 1989). A mesma autora (2002), apresenta a realidade social como composta por diversos sistemas de discriminação que se entrelaçam de múltiplas maneiras, assim como vias que se encontram, provocando diferenças relevantes entre indivíduos.

Pensando na criação de políticas públicas e na promoção dos direitos humanos, é fundamental que se dê atenção para a forma como gênero se entrelaça com outras identidades, tornando grupos de mulheres mais suscetíveis a sofrerem determinadas violências (Crenshaw, 2002). Segundo a mesma autora, onde esses contornos não forem bem definidos, é impossível que as intervenções para mitigar os abusos aos direitos humanos femininos sejam eficientes e contemplem a todas. É neste sentido que nossa pesquisa procura entender a trajetória dessas mulheres ao serem incluídas no âmbito acadêmico.

Vista preliminar das mulheres no Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFMS

Na esteira dos conceitos previamente apresentados de alteridade, colonialidade, interseccionalidade buscamos apresentar e analisar o perfil das mulheres pesquisadoras do PPGCom-UFMS, a partir dos questionários aplicados e respondidos por 49 delas, de um total de 73 alunas e egressas do Programa entre 2011 e 2023. Formado em sua maioria por homens brancos, a exclusão de mulheres, especialmente negras, de posições de poder na academia, fez com que prevalecesse as ideias da elite masculina branca e suprimisse os interesses dos grupos marginalizados, além de contribuir para que imagens estereotipadas destes permanecem enraizadas na sociedade e nas políticas públicas (Collins, 2002). Segundo a autora, quando existem grupos com assimetria de poder, essa desigualdade estende-se também para o acesso a recursos necessários para garantir a implementação das suas ideias. A partir das respostas obtidas foi possível observar que das 44 mulheres que conseguiram concluir o curso e/ou são, atualmente, alunas matriculadas no programa, 29 delas se autodeclararam mulheres brancas, 12 pardas e apenas três delas se entendem como mulheres pretas. A idade média de entre elas é de 36 anos. 27 dessas mulheres concluíram a sua graduação em universidades públicas e apenas três delas se beneficiaram de políticas afirmativas para ingresso no curso.

Ao analisarmos quantitativamente a trajetória profissional das mestrandas e egressas, 68,18% (30) delas precisaram trabalhar enquanto se dedicavam ao programa de mestrado. Das 44 mulheres, 20 delas puderam contar com bolsas integrais durante a pós-graduação e três com bolsas parciais. Após a conclusão, apenas seis mulheres afirmam terem seguido na carreira acadêmica como professoras e pesquisadoras de instituições públicas e privadas e quatro delas conseguiram um doutorado. Entre as 49 pesquisadas, 12 delas pesquisaram objetos com perspectiva de gênero.

Em posição social de inferioridade, devido à hegemonia masculina, e com a necessidade de políticas públicas específicas para que possam ocupar espaços dominados pelo homem, as mulheres tendem a avançar em suas carreiras de maneira mais vagarosa que os homens (Silva e Ribeiro, 2014). De acordo com Silva e Ribeiro (2014), essa desigualdade faz-se visível na participação em cargos administrativos, no nível mais elevado da carreira universitária (professor(a) titular), no recebimento de

bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq, ou na participação em comitês de assessoramento das agências de fomento. Aqui vale uma ressalva sobre o contexto do PPGCom-UFMS, no que se refere à cargos de liderança, que foge do questionário em questão: em 12 anos de funcionamento do curso, apenas uma mulher foi coordenadora do Programa.

Voltando ao questionário, em relação à maternidade, no total, 15 das 44 mulheres que finalizaram o programa são mães, cinco delas declararam não terem a participação do genitor nos cuidados da criança, ou seja, um terço delas podem ser consideradas mães solo. Ao precisarem conciliar a vida acadêmica com a maternidade, 11 das mães afirmaram terem tido uma rede de apoio que as ajudasse na dupla ou tripla jornada. Ainda que não tivessem filhos, de acordo com Vergés (2020), muitas das mulheres frequentemente são submetidas a funções de cuidado. Entre as 44 mulheres, 16 delas precisaram se responsabilizar pelo cuidado de pais, mães, filhos ou outros parentes enquanto estudavam.

Analisando a sexualidade, cinco mulheres afirmam serem parte da comunidade LGBTQIAP+, sendo três delas bissexuais e duas lésbicas. Utilizando do conceito de interseccionalidade, ainda que reúnam em si diversas camadas de opressão, apenas cinco delas afirmam terem sido vítimas de algum tipo de discriminação. Três delas foram discriminadas durante o programa por serem mulheres, uma delas pela idade e última por seu local de origem.

Por fim, vale comentar que nosso plano de iniciação científica prevê, nos próximos passos, entender com mais profundidade os obstáculos e desafios das mulheres pesquisadoras por meio de entrevistas em profundidade para produção de notas biográficas, focadas em mulheres que realizaram dissertações de mestrado na interface entre comunicação e estudos de gênero/feministas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. C. C.de. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós- graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015). 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Gênero, raça, classe**: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p.

27–55, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>.

COLLINS, P; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Bomtempo, 2020.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, ano 10, nº 1/2002.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt/ Enrique Dussel**. tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ, Vozes. 1993

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. *Estud. Avanç.* 2003.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70. 1980

MATOS, M. **A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira**. In: Avritzer, Leonardo; Milani, Carlos R. S.Braga, Maria do Socorro (orgs.). *A Ciência Política no Brasil (1960-2015)*. Rio de Janeiro: FGV Editora/ABCP. 2016

SILVA, F.F e RIBEIRO, P.R. **Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher"**. *Ciência educ.* [online]. 2014, vol.20, n.02.

de Sousa, B. N. H. **Colonização da América Latina: Construção da alteridade, Mito da Europa e a branquitude**. *Lingu@ Nostr@*, 9(1), 196 - 213. 2021. <https://doi.org/10.29327/232521.8.1-11>

VERGÉS, F. **Um Feminismo Decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

QUIJANO, A. **El fantasma del desarrollo en América Latina**. *Revista venezolana de economía y ciencias sociales (Caracas)* Nº 2, 2000.

QUIJANO, A. "Coloniality and modernity/rationality". *Cultural Studies*, 21 (2-3): 22-32. 2007

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

JESUS, J. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS**. Brasília, 2012



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste - Goiânia/GO - 05 a 07/06/2024